

## O saber em tempos de colonização digital: educação e barbárie

Nádia Laguárdia de Lima\*

**RESUMO:** Neste artigo, apresentamos uma reflexão crítica sobre os efeitos do uso massivo das tecnologias digitais para a subjetividade e para nossa relação com o saber. Argumentamos que a racionalidade algorítmica contribui para a deterioração do saber. A discussão será conduzida com base na conversão do saber em mercadoria, na formação de um ethos digital e em uma crescente dependência da memória em relação às tecnologias. Consideramos que a racionalidade algorítmica, centrada no cálculo e na previsibilidade, transforma a subjetividade em dados e o saber em gadget, conduzindo a novas configurações do Outro do saber. A escola, ao se submeter à lógica tecnicista neoliberal, perde seu papel como espaço de subjetivação e de transmissão do saber. Diante desse cenário, defendemos a urgência de preservar o espaço da palavra, do indizível e da alteridade como formas de resistência ética e política frente à captura algorítmica.  
**Palavras-chave:** SABER; DIGITAL; EDUCAÇÃO.

### Le savoir à l'époque de la colonisation numérique: éducation et barbarie

**RÉSUMÉ:** Dans cet article, nous présentons une réflexion critique sur les effets de l'usage massif des technologies numériques sur la subjectivité et sur notre rapport au savoir. Nous pensons que la rationalité algorithmique contribue à la détérioration du savoir. La discussion s'appuie sur la conversion du savoir en marchandise, sur la formation d'un ethos numérique et sur une dépendance croissante de la mémoire vis-à-vis des technologies. La rationalité algorithmique, centrée sur le calcul et la prévisibilité, transforme la subjectivité en données et le savoir en *gadget*, conduisant à de nouvelles configurations de l'Autre du savoir. Nous défendons l'urgence de préserver l'espace de la parole, de l'indicible et de l'altérité comme formes de résistance éthique et politique face à la capture algorithmique.  
**Mots-clé:** SAVOIR; NUMÉRIQUE; ÉDUCATION.

### Knowledge in times of digital colonization: education and barbarism

**ABSTRACT:** In this article, we present a critical reflection on the effects of the massive use of digital technologies on subjectivity and on our relationship with knowledge. We argue that algorithmic rationality contributes to the deterioration of knowledge. The discussion is grounded in the conversion of knowledge into a commodity, the formation of a digital ethos, and an increasing dependence of memory on technologies. Algorithmic rationality, centered on calculation and predictability, transforms subjectivity into data and knowledge into a gadget, leading to new configurations of the Other of knowledge.

---

\* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professora Associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

We advocate for the urgency of preserving the space of speech, the unsayable, and alterity as forms of ethical and political resistance against algorithmic capture.

**Key-words:** KNOWLEDGE; DIGITAL; EDUCATION.

As transformações sociais e econômicas da sociedade capitalista, nas últimas décadas, desencadearam uma crise global que tem afetado, de forma generalizada, as instituições. No caso da instituição escolar, uma das principais mudanças vivenciadas nos últimos anos refere-se à invasão e crescente monopolização do discurso neoliberal, o que tem reduzido o saber a seu mero valor econômico. Com isso, observa-se um esvaziamento da finalidade educativa da escola e, conseqüentemente, da sua função social. Esse processo se manifesta no aumento significativo do sofrimento psíquico entre educadores e alunos, no desinteresse pela aprendizagem e nos elevados índices de evasão escolar.

A implementação de políticas neoliberais na educação tem reforçado a hegemonia e ampliado a desigualdade social. O neoliberalismo engendra uma subjetividade moldada por um paradigma empresarial, competitivo e gerencial da própria existência, capturando os sujeitos por meio de uma série de mandatos e imperativos que os confrontam, em sua vida e em seu modo de ser, com demandas ilimitadas (Dardot & Laval, 2018). Trata-se de uma lógica discursiva que se aproxima à do discurso capitalista, impelindo o sujeito à produção incessante e afetando sua economia de gozo. As formas de gestão empresarial no campo educacional promovem a individualização do processo educativo, estimulando a produtividade, a concorrência e a competitividade num espaço em que deveria prevalecer o clima de cooperação mútua resultante do processo de socialização. A padronização, a burocratização e a tecnificação do conhecimento contribuem para o declínio da autoridade docente, que já vinha fragilizada pela perda de seus benefícios simbólicos e materiais. Além disso, as políticas neoliberais intensificam a desigualdade social e acentuam a marginalização de parcelas significativas da população brasileira, dificultando o acesso à educação de qualidade.

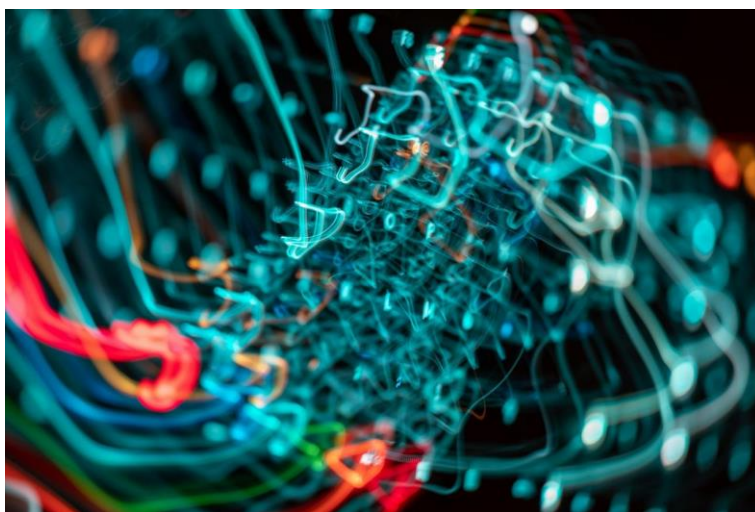
É preciso considerar, ainda, os efeitos da digitalização da vida, especialmente em nossa relação com o saber, com a educação. Apoiada pelo discurso científico aliado ao mercado, a nova linguagem digital “bem formulada” expandiu-se com conseqüências tão decisivas, que um novo padrão cultural pode hoje ser globalmente vislumbrado (Nobre, 2020). A cultura digital ergue-se, portanto, no apogeu do neoliberalismo, como resultado da centralidade que as tecnologias digitais passaram a ocupar na vida social. A conformação de praticamente todos os setores da vida ao que se compreende como capitalismo de dados, de plataforma (Srniczek, 2016) ou de vigilância (Zuboff, 2020), evidencia uma colonização digital da nossa vida, promovendo uma reconfiguração das esferas social, científica, política e econômica. Ao aumentarem drasticamente a velocidade do fluxo dos sistemas sociotécnicos, as plataformas digitais contribuem para acelerar processos de mudança em nível estrutural, instaurando uma crise permanente (Cesarino, 2022). Categorias fundamentais são desestabilizadas e reorganizadas de novas formas em função da intrusão crescente do modelo de plataforma em nossa vida pessoal e coletiva, e seus efeitos se fazem notar nos ambientes político, científico, legal e midiático no século passado (Cesarino, 2022).

Nesse mundo digital, governado quase exclusivamente por uma racionalidade algorítmica e pelos dados, o que se observa é, de fato, uma desestabilização das estruturas simbólicas que organizam a vida social, o que tem como corolário uma deterioração do saber.

## A racionalidade algorítmica

A lógica emergente de acumulação de riqueza associada ao *big data* envolve um tipo de racionalidade não normativa ou apolítica que repousa sobre um processo que envolve três tempos ou etapas: a coleta de dados e o seu armazenamento em repositórios centrais; o tratamento dos dados por meio da agregação automatizada em quantidades maciças para a produção de conhecimento; e a ação desse conhecimento sobre os comportamentos, de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis de usuários da rede (Rouvroy 2015, p. 42). A esse modo de governamentalidade ou racionalidade, Antoinette Rouvroy (2015) e seu grupo de pesquisa nomeiam “governamentalidade algorítmica”, o primeiro termo oriundo de sua afiliação foucaultiana.

No primeiro tempo, todos os nossos passos na rede, seja uma compra, o uso de uma palavra ou de uma língua, são desdobrados em sua totalidade, de maneira segmentada, sem fazer sentido coletivamente. Cada elemento é abstraído do contexto no qual apareceu e reduzido a um “dado”, sinal expurgado de toda significação própria. Mesmo as emoções, os movimentos de um rosto,



Adrien (via Unsplash): *Colonização de dados na ciência.*

são reconhecidos pelos novos programas e transformados em dados crus, num processo de evitação da subjetividade. No segundo tempo, há um tratamento automatizado desses dados, construindo correlações sutis entre eles. No terceiro tempo, há o uso desses saberes probabilistas e estatísticos para fins de antecipação dos comportamentos individuais, que são associados a perfis definidos a partir da base de correlações feitas anteriormente (Rouvroy, 2015).

Desse modo, para Rouvroy (2015), a constante adaptação dos ambientes aos perfis individuais e coletivos produzidos pela inteligência de dados configura um modo de governança de grupos sem precedentes, em função de seu caráter pontual, discreto e personalista.

Para Shoshana Zuboff (2020), trata-se de uma nova arquitetura global de modificação comportamental que não visa corpos dóceis, mas previsíveis, nos quais cada decisão, escolha ou necessidade possa ser prevista, antecipada e satisfeita. Eric Sadin (2020) designa o novo estado do capitalismo como “tecnoliberalismo”, pois visa alcançar a mercantilização integral da vida por meio de uma digitalização completa do campo de ação dos indivíduos. Com sensores colocados ao longo de toda a superfície da vida, chega-se a rentabilizar, a monetizar o próprio conhecimento comportamental espreitado pelo sistema digital. Para o autor, esse monitoramento algorítmico opera na construção de uma sociedade higienista e vitalista.

É inquestionável a existência de uma assimetria na relação com o saber. Trata-se de uma perspectiva em que as empresas de tecnologia parecem saber muito mais sobre sua população de usuários do que eles próprios sabem sobre si, não havendo meios pelos

quais essas populações possam atravessar, ou escapar, a essa divisão, em função dos obstáculos técnicos, materiais e de propriedade intelectual para a análise de dados (Rouvroy, 2015). Nesse quadro, a autora destaca o declínio da reflexividade subjetivante e o distanciamento das produções de saber no processo de elaboração de perfis. O conhecimento gerado nesse nível é indisponível aos indivíduos. Tampouco esse processo é perceptível para eles, sendo-lhes aplicado de forma a inferir um saber que resulta em previsões probabilísticas sobre seus interesses, mas que fica restrito ao maquinário digital dos grandes conglomerados, ao *big data*.

Nesse modelo de racionalidade algorítmica que, segundo Bruno (et al., 2019), consiste simultaneamente em produzir saber e intervir sobre um determinado contexto, a força da racionalidade performativa dos algoritmos não está em descrever ou representar, mas sim em gerar efeitos e produzir realidades. Esse funcionamento instaura uma crise da representatividade que, a nosso ver, implica uma deterioração do saber. É o que discutiremos a seguir.

### O saber como capital

A ênfase do neoliberalismo sobre as escolhas individuais, a autogestão e a competição, encontram na racionalidade algorítmica uma forte aliada (Bruno et al., 2018). A linguagem tradicional, que historicamente medeia o encontro com o outro e com o saber, cede lugar a uma linguagem econômica, de respostas rápidas, com imagens impactantes e interações performáticas. O tempo da espera, da dúvida e da interpretação, é substituído pela urgência da resposta e pela lógica da confirmação.

Nesse cenário, o sujeito é capturado por uma dinâmica de consumo de sentidos em que o saber não se constrói pela falta, mas se oferece como produto imediato, moldado por algoritmos que antecipam desejos e comportamentos. A palavra, esvaziada de sua potência simbólica, perde espaço para signos que circulam sem ancoragem, dissolvendo o saber como experiência.

As informações no meio digital chegam-nos de modo ininterrupto, fragmentado, como um excesso que se impõe ao sujeito, sem intervalos, e se mostra, por isso, impossível de assimilar, de subjetivar. A fabricação do “tempo real”, isto é, a circulação de informações na rede à velocidade da luz, modifica as condições de transmissão e de elaboração do saber, e anula a possibilidade da leitura como trabalho hermenêutico e reflexividade crítica (Stiegler, 2018).

O estatuto do saber para a psicanálise é o de um saber inconsciente a ser apreendido sempre de forma singular, na dialética com o Outro da e na linguagem, carregando consigo a marca do desejo, cujas balizas entre o possível e o impossível se encontram no laço social. Assim, não há saber que seja todo possível, mas ele se sustenta sobretudo na impossibilidade, sendo, portanto, não todo. O discurso capitalista associado à lógica digital, tem levado ao apagamento dessa impossibilidade inerente ao saber. Nesse sentido, há uma mudança do estatuto do saber, pois, ao ser transformado em objeto com valor de mercado – nos termos da informação digital –, há uma subversão do desejo, que cede em sua dialética, perdendo lugar para satisfações singulares, mais próximas ao gozo. Nessa perspectiva, Nobre, Lima e Iannini (2023; 2024) compreendem que essa cultura massiva do digital fez emergir um novo padrão de enlaçamento social que se desdobra do discurso capitalista: trata-se do discurso digital”. Os autores propõem o matema do discurso digital a partir de uma torção no segundo termo do discurso capitalista, em que  $S2/a$  passa a ser  $a/S2$ , o que representa o próprio zênite objetual aventado por Lacan (1970/1998a), já que o objeto máximo dos tempos atuais – a informação digital, variante do saber – passa ao posto mais alto do campo do Outro, desbancando o próprio saber, que

desce ao lugar de resto. Em termos dinâmicos, o discurso digital acompanha o capitalista tanto no sentido dos vetores quanto na elisão do caráter impossível inerente à linguagem, ao laço social, o que reforça sua filiação a este último. Como já havia apontado Lima (2014), se nos quatro discursos radicais havia uma impossibilidade estrutural e discursiva do sujeito em ter acesso ao saber e ao objeto causa do desejo, “agora, ao adquirir o estatuto de objeto de consumo, ele [o saber-informação] é oferecido como uma promessa de satisfação possível para o sujeito” (p. 169-170).

Nessa perspectiva, o saber formalizado da ciência e traduzido para a linguagem digital como dado, como informação, trabalha na fabricação incessante de objetos mais-de-gozar. Reduzido ao mercado comum de gozo, torna-se acessível ao sujeito, não estando submetido a nenhum senhor. Nesse formato, nada o detém. O que impera são as leis do mercado. Assim, a entrada do saber no mercado acarreta a anulação da via singular. Como atesta Lacan (1969-1970/1992), o “tudo-saber” passou ao lugar do mestre, configurando uma “tirania do saber” que traz opacidade à dimensão da verdade. Na sociedade de consumo, o “material humano” é o sujeito que, assujeitado ao “tudo-saber”, se tornou produto, sendo, ele próprio, consumível (Lacan, 1992, p. 30). Há uma voracidade do saber proveniente da “gulodice” do supereu (Lacan, 1973/2003c, p. 528), adaptada à linguagem e aos tempos atuais.

Em nossa época marcada pela ascensão do gozo e declínio dos ideais (Lacan, 1970/2003b), o sujeito busca esse gozo de forma imediata. A lógica digital responde de modo exemplar a esse imperativo de gozo, com sua oferta excessiva de informações em fluxo contínuo. O saber, como capital, pulveriza-se notavelmente pelos meios digitais, abarcando o campo ilimitado da informação e distinguindo-se do saber inconsciente, não todo: “Se todo o saber é possível – e acessível na palma da mão, nos *tablets* e *smartphones* – há um apagamento do desejo e da dimensão do impossível concernente ao singular de cada sujeito” (Lima et al., 2016, p. 53). O discurso capitalista impede o acesso do sujeito ao saber no campo do Outro, interceptando essa relação na medida em que oferece um excesso de informação (Nobre, 2020). A possibilidade de tudo saber decorre da ilusão de apropriação de “todo” o real pelo simbólico, proporcionada pelo discurso capitalista amplificado pela linguagem digital, ou seja, pelo discurso digital.

O tratamento algorítmico dos dados – isto é, sua conversão em códigos binários – implica uma desincorporação: um processamento desvinculado do corpo, das sensações e dos afetos que originaram esses dados. Implica também a sua descontextualização, já que são arrancados do contexto em que foram produzidos. Nesse processo, os algoritmos transformam o sujeito em objeto de um olhar absoluto e onipresente, que o controla e o reduz a puro cálculo. O sujeito, como aquilo que escapa ao cálculo, ao controle e à previsibilidade, não tem lugar nessa lógica algorítmica, a não ser em sua dimensão de gozo, ou seja, daquilo que é contável. Nessa operação, privilegia-se a dimensão do saber como meio de gozo, mas quebra-se o caráter de ligação, o caráter dialético que é função precípua do saber no laço e que faz efeitos de/na linguagem. Trata-se da constituição de um “composto” que se torna alvo de impulsos, incitações e mensagens “personalizadas”, apresentadas de forma anônima, imperceptível e não autorizada (Rouvroy & Berns, 2015).

Como forma de governamentalidade (Rouvroy, 2015), a racionalidade algorítmica não tem, entretanto, nada de neutra. Para Faustino e Lippold (2023), ela atualiza e viabiliza novas formas de exploração, opressão e controle político, ideológico e subjetivo. Há uma nova partilha do mundo, que atualiza o imperialismo e o subimperialismo ao relegar o chamado Sul global à condição de território de extração de dados informacionais ou de consumidores tardios de tecnologia. Assim, a racionalidade algorítmica concretiza

a dominação econômica, política, social e racial de determinados territórios, grupos ou países via mediação pelas tecnologias digitais (Faustino & Lippold, 2023).

Os algoritmos são projetados e treinados por humanos, consequentemente, os sistemas algorítmicos muitas vezes refletem e amplificam preconceitos socioeconômicos, raciais e de gênero já presentes na sociedade. A racionalidade algorítmica reforça desigualdades epistêmicas, excluindo formas de saber que não se encaixam em métricas digitais, como saberes ancestrais e modos de vida não eurocentrados, padronizando e limitando a pluralidade de saberes.

### O ethos digital

A racionalidade algorítmica proporciona a formação de um novo ethos, que define comportamentos, costumes e atitudes em escala global (Lima & Nobre, 2023). A noção de ethos pode ser pensada como um ponto de convergência “[...] em que uma ordem particular se converte num conhecimento mais universal, em que a ética desemboca numa política e, mais além, numa imitação da ordem cósmica” (Lacan, 1959-1960/1997, p. 33). Na cultura digital, essa ordem do particular que compõe o ethos é convergida para o universal revestido pela linguagem do dígito, que, ao colonizar nossa vida, origina novo padrão cultural e desemboca numa política (Lima & Nobre, 2023).

O ethos digital implica, a partir desse processo, um enquadramento da realidade sob medida para cada um, configurando uma esfera pessoal e independente. Se a realidade é psíquica – ou seja, se nossa relação com o mundo e com o outro se dá a partir de um enquadre moldado por nossa fantasia –, esse ethos personalizado é agenciado por algoritmos que produzem ecossistemas digitais que aproximam opiniões correlacionadas e reforçam a criação de “verdades”. Como defende Rouvroy (2015), o conhecimento que hoje se produz não é mais sobre o mundo, mas a partir do mundo: o mundo digital.

Do ponto de vista simbólico, entretanto, é relevante destacar que o comando algorítmico não mantém qualquer compromisso intrínseco com padrões éticos. As redes sociais redefiniram os laços sociais e os marcos que determinavam nossas vidas em comum, habilitando uma relação *à la carte* com a informação (Sadin, 2022). Para o autor, os sistemas digitais favoreceram a constituição de um imaginário que se alimenta da ilusão de autossuficiência, a qual só pode levar a um distanciamento entre o espaço comum e o sujeito, que passa a se ver dentro de uma esfera própria e, ao mesmo tempo, situada à margem, proporcionando um isolamento coletivo. No fim das contas, essa relação *à la carte* com a informação estende-se aos demais indivíduos, ao Outro, já que tudo o que nos chega vem como informação e, além disso, já chega pronto, com pouca ou nenhuma necessidade de mediações e balizamentos dialéticos que pudessem remontar as lacunas que movimentam a dimensão de desejo. Assim, o Outro também se torna objeto de nosso gozo, o que se mostra na forma de todos os excessos: de exaltação e toda forma de idolatrias, de ódio extremado via julgamentos virtuais, do riso excessivo nas múltiplas formas assumidas pelo humor ou simplesmente da necessidade de causar impacto performático, como nas formas da “lacrção”.

A oferta incessante de notícias, imagens e vídeos que supostamente atendem “aos nossos gostos” – confirmam e reforçam crenças, ideologias e fantasias – criando um circuito fechado de gozo, que reforça a pulsão de morte. É preciso renunciar a um certo gozo para ter acesso a um saber, o que fica em segundo plano nesse ethos que ganha contornos sob a linguagem e cultura digitais.

## A dependência tecnológica da memória

A velocidade e o excesso que caracterizam o mundo digital geram uma sobrecarga informacional que compromete a capacidade de memorização. Assim, cada vez mais, utilizamos dispositivos tecnológicos como arquivos de memória. As memórias coletiva e individual são, progressivamente, mediadas por dispositivos digitais: o que lembramos, acessamos ou esquecemos, depende da arquitetura algorítmica das plataformas.

Para Stiegler e Medeiros (2009), a memória humana é originalmente exteriorizada, o que significa que ela é, antes de tudo, técnica. Ao longo da história, diversas estratégias foram utilizadas para “guardar a memória”, mas é a partir da era paleolítica que surgem as primeiras “mnemotécnicas” – técnicas de memória – como os mitogramas das sociedades mágicas, as tatuagens no corpo do feiticeiro e o “quipo”, sistema de contagem por meio de cordas e nós, dos incas. Após o período neolítico, emergem os primeiros textos, que culminaram no alfabeto e, muito posteriormente, na invenção da imprensa. Os autores ressaltam que na atualidade estamos permanentemente conectados a aparelhos “mnemotecnológicos”, como computadores, *tablets* e celulares. Assim, perder o celular equivale a perder o “rastros” de números e contatos que já não estão mais armazenados na memória individual. Para eles, exteriorizamos cada vez mais funções cognitivas nesses dispositivos, e, correlativamente, perdemos saber, situação que induz a uma obsolescência do humano, cada vez mais desarmado e esvaziado de seu interior. Quanto mais confiamos aos aparelhos tecnológicos as pequenas tarefas que compõem a trama de nossa existência, mais perdemos nosso saber-fazer – e, com ele, os sabores da existência (Stiegler & Medeiros, 2009).

Na perspectiva da psicanálise, a memória não se reduz ao campo biológico nem a uma função neurológica. Para Freud, ela se constitui a partir de inscrições psíquicas e o próprio funcionamento psíquico é concebido como um aparelho de memória. A experiência primitiva de satisfação constitui o primeiro traço inscrito na memória, e o funcionamento psíquico busca reeditar essa experiência originária (Freud, 1950 [1895]/1987b).

O material presente no campo psíquico, nessa forma de traços, passa por transcrições, rearranjos e retranscrições, sendo atravessado por temporalidades inconscientes e conscientes. Desse modo, o material psíquico sofre deformações e falsificações em um processo contínuo de estratificação. O recalçamento, aparato central da subjetividade, seria uma forma peculiar de esquecimento que, paradoxalmente, conserva as marcas do desejo primitivo. As lembranças infantis são formadas no exato momento em que parecem emergir, como lembranças “encobridoras”, que visam recobrir conteúdos inconscientes (Freud, 1898/1987a). A memória humana é, portanto, seletiva, afetiva, fragmentada e lacunar, atravessada pelo desejo. A lembrança pode servir ao desejo de esquecer ou à necessidade de lembrar. As lacunas da memória não podem ser inteiramente preenchidas, pois há um vácuo irredutível que resiste à simbolização.

A lógica algorítmica transforma profundamente as concepções tradicionais de memória e esquecimento. Diferentemente da memória humana, que é seletiva, afetiva e marcada pelo esquecimento como elemento constitutivo da subjetividade, a memória digital opera por meio da acumulação indiscriminada e da indexação automatizada. Nesse novo regime, o esquecimento deixa de ser espontâneo e passa a depender de ações deliberadas – como a exclusão de dados – ou da obsolescência técnica das plataformas que os armazenam.

A curadoria algorítmica das plataformas digitais introduz uma dimensão performativa à memória: os algoritmos decidem o que é mais “relevante” ou “popular”. O que não é indexado ou ranqueado tende a desaparecer do campo de visibilidade nas

redes sociais. Os conteúdos que permanecem visíveis e acessíveis são aqueles que se alinham aos critérios de relevância definidos por sistemas opacos, orientados por interesses comerciais. Assim, a visibilidade de uma lembrança não depende da sua impressão subjetiva, mas de sua capacidade de gerar engajamento. Isso produz uma memória pública moldada por métricas de popularidade, em detrimento da experiência subjetiva. A Inteligência Artificial Generativa revolucionou ainda mais o campo da tecnociência, ao possibilitar a criação de universos virtuais altamente ficcionais e, ao mesmo tempo, tão “reais”, que emergem como verdades. Alimentada por grandes volumes de dados – imagens, textos, interações –, a inteligência artificial (IA) opera como uma instância de reconfiguração da memória coletiva e individual. Ela não apenas armazena, mas também interpreta e antecipa comportamentos, desejos e preferências. Essa capacidade preditiva transforma a memória em um instrumento de controle.

As inteligências artificiais dão voz e movimento a fotos de pessoas falecidas. Giselle Beiguelman (2021) observa que as antigas fotos de família – arquivadas em álbuns de retratos e portadoras das marcas de uma época, de uma cultura e das expressões singulares de cada indivíduo –, vêm sendo apagadas por tratamentos estéticos realizados por aplicativos que adicionam cor, sorriso e movimentos padronizados – ou seja, um semblante comum a todos. Por meio desses aplicativos, há uma reconstrução do passado segundo um padrão hegemônico que apaga as singularidades. Diante disso, a autora questiona: que futuro construiremos com base em um passado artificial, pasteurizado, homogêneo, sem conflitos e sem ruídos?

A forma de arquivamento do passado sofre interferência das plataformas digitais. Segundo Beiguelman (2021), vivemos uma *overdose* documental, na qual nossa história é construída por meio de imagens, segundo a lógica da timeline, organizada em função do mais atual, tornando impossível realizar uma busca retrospectiva. Esse arquivamento do passado acaba soterrado diante do fluxo constante e excessivo de imagens que surgem a cada dia.

A exteriorização da memória e dos saberes confere um poder ilimitado às indústrias cognitivas e culturais das sociedades de controle, “instalando plenamente a questão de uma biopolítica, uma psicopolítica, uma sociopolítica e uma tecnopolítica da memória” (Stiegler & Medeiros, 2009, p. 27). A memória exteriorizada torna-se objeto de controle sociopolítico e biopolítico, por meio de investimentos econômicos de organizações sociais que reconfiguram as estruturas psíquicas através dos órgãos mnemotécnicos.

Assim, os algoritmos operam como agentes constitutivos de um novo regime de verdade, cujo alcance biopolítico é de proporções significativas. Mais do que meras ferramentas destinadas a controlar, acelerar ou otimizar o processamento de dados, os programas digitais são concebidos para construir uma realidade simulada, capaz de influenciar condutas, moldar pensamentos e afetar sentimentos. Nesse processo, a mediação algorítmica não apenas organiza a informação, mas também participa da produção do saber e da subjetividade.

Essa figura do saber algorítmico inaugura uma nova forma de autoridade, marcada por essa racionalidade técnica que se impõe como verdade incontestável. Para Sadin (2020), as tecnologias digitais passaram de próteses acumulativas para entidades capazes de enunciar a verdade, a partir da interpretação automatizada de situações. Segundo o autor, vivemos sob a propagação de um “anti-humanismo radical”, em que a linguagem digital tende a reduzir a complexidade do real a códigos binários, excluindo uma infinidade de dimensões que nossa sensibilidade pode capturar, apagando nuances e singularidades que escapam à lógica da modelização matemática.

A crescente dependência dessas tecnologias implica uma renúncia progressiva ao agenciamento das nossas vidas, das nossas memórias, da nossa história. A subjetividade torna-se atravessada por lógicas externas, que operam segundo critérios técnicos com fins mercadológicos, muitas vezes invisíveis ao sujeito. A racionalidade algorítmica visa a criação de um saber desprovido de corpo, de afeto. Trata-se de levar ao limite a matematização de toda a realidade e experiência humana, o que parece central no projeto da ciência moderna, que encontra no conceito de algoritmo sua expressão mais radical.

### **As novas configurações do Outro do saber**

Frequentemente, é na adolescência que o jovem recebe autorização dos pais para utilizar o celular, acessar redes sociais, aplicativos e jogos *online*, muitas vezes sem o acompanhamento de um adulto. Na adolescência o sujeito é despertado pelos enigmas da existência e confrontado com o furo no saber, o que o leva a buscar respostas no Outro social. Torna-se, portanto, fundamental investigar a quem os jovens endereçam suas questões na contemporaneidade.

Cada vez mais, adolescentes recorrem a aplicativos, *sites*, fóruns de jogos eletrônicos, redes sociais, *chatbots* e outras inteligências artificiais, endereçando suas inquietações sobre sexualidade, jogos, política, religião, profissão, bem como sobre temas ainda mais delicados, como morte, violência, diagnósticos e medicações. Em fóruns anônimos de plataformas digitais, muitos jovens expõem seus modos de sofrimento, seus sintomas, e chegam a solicitar orientações sobre como automutilar-se ou cometer suicídio.

Os adolescentes endereçam suas questões existenciais a um Outro da internet, que responde por meio de imagens e palavras – sem corpo, sem rosto. Esse universo público, marcado pela ausência de corpos e pela insuficiência de leis claras e de mecanismos eficazes de responsabilização, torna-se um ambiente propício à impunidade, ao caos, à violência, à violação de direitos.

Com o acesso facilitado à inteligência artificial, observa-se uma mudança gradativa na forma de buscar o saber. Adolescentes e jovens recorrem à IA como um Outro do saber – um Outro absoluto, que tudo sabe, tudo responde, sempre disponível, solícito, que não se contradiz. Algo como uma nova alteridade, que serve de referência geral.

Quais são os efeitos da suposição de saber atribuído à máquina – esse Outro sem corpo? E que retorno essa instância sintética produz na constituição da subjetividade? A racionalidade algorítmica opera por meio de uma codificação rígida, na qual cada ação individual na rede é convertida em dado, e o dado, em perfil. O vínculo entre significante e significado permanece fixo, sem abertura ao equívoco. Nesse regime, há um deslizamento metonímico contínuo das informações, desprovido de efeito metafórico, o que compromete a produção de sentido pelo sujeito e a experiência da alteridade. Trata-se de uma escrita cifrada, mas, sem resto, sem intervalo, ou seja, justamente sem o espaço de emergência do sujeito.

Muitos jovens têm substituído as interações humanas por interações com a IA. Nessa substituição, evita-se o Outro, aquele que discorda, questiona, desafia e convoca o sujeito a responder e a responsabilizar-se pelo que diz. Mas, que saber é produzido pela Inteligência Artificial? O saber, para a psicanálise, envolve o laço transferencial, um laço amoroso. Embora o sujeito se enderece a um Outro suposto saber, é justamente a partir da falta no Outro que se torna possível a construção de um saber. Pois, o não saber do Outro possui função operatória.

Se, ao contrário, o Outro se apresenta como um Outro que tudo sabe, ainda que seja sintético, não há espaço para que o sujeito elabore seu próprio saber. As respostas prontas demovem do sujeito a possibilidade de emergir do efeito de equívoco, como sujeito do inconsciente, e de formular uma resposta sintomática ao confronto com o próprio furo no saber.

O saber encarnado, isto é, sustentado por um corpo, é sempre falho, mesmo quando o sujeito assume o semblante de todo-saber. Essa falha está em relação com o gozo, que se liga ao corpo. O saber envolve o gozo, é meio de gozo.

A inteligência artificial não tem corpo, não goza, e, por isso, nada sabe. Como assinala Lacan: “Que um computador pense, quanto a mim estou de acordo. Mas que ele saiba, quem é que vai dizer isto? Pois a fundação de um saber é que o gozo do seu exercício é o mesmo de sua aquisição” (Lacan, 1972/1973/1985, p. 131).

As tecnologias digitais e a inteligência artificial apagaram as antigas fronteiras entre o físico e o virtual. As subjetividades contemporâneas constituem-se em um ambiente híbrido, no qual interior e exterior se enodam. A intimidade é cada vez mais exposta, colocada a público, ao mesmo tempo em que a vida pública adentra a intimidade dos lares. Os corpos são gradativamente acoplados às tecnologias, e as máquinas inteligentes tornam-se companhias e substitutos humanos.

Hoje, observamos que as aprendizagens se dão em diferentes espaços imersivos e não somente nas escolas. Nesse processo de progressiva hibridização, crianças e adolescentes crescem em interação com dispositivos tecnológicos e outras inteligências, que se incorporam aos modos de vida cotidianos. Diante desse contexto, algumas questões parecem se impor: como os sujeitos, nessa vida híbrida, respondem à relação sexual “que não há”? Quais os sintomas resultantes dessa interação massiva dos sujeitos com as tecnologias digitais?

### **A escola e os corpos hiperconectados e desregulados**

A racionalidade algorítmica afeta os corpos, o saber e a subjetividade. O saber tradicional, produzido pela ciência, é diferente daquele gerado por processos algorítmicos. Bruno (et al., 2019) observa que, enquanto os modelos representacionais de conhecimento buscam descrever ou compreender uma dada realidade ou fenômeno procurando manter-se o mais fiel possível a um referente, a força da racionalidade performativa dos algoritmos não reside na descrição ou representação, mas na geração de efeitos e na produção de realidades. Segundo a autora, essa “racionalidade algorítmica” transforma o mundo em um vasto laboratório, no qual a ênfase recai sobre a indução de comportamentos, reações e afetos.

Os efeitos da racionalidade algorítmica sobre os sujeitos adolescentes, tratados como objetos em um ambiente de experimentação, no qual a ênfase recai sobre a indução de reações e afetos, já se fazem notar.

Educadores relatam a presença, cada vez maior, de corpos indóceis e agitados na escola, com baixa tolerância à frustração e à espera, dificuldade de concentração e apego constante aos celulares. Diversos problemas relacionados ao uso desses dispositivos têm-se manifestado no ambiente escolar, como a divulgação de *nudes*, postagens racistas, manifestações de intolerância e discriminação, configurando práticas de *cyberbullying*. Os professores apontam também o aumento dos confrontos interpessoais e do isolamento dos jovens na escola.

O isolamento social, em nossa época, configura-se como um dos efeitos do avanço do capitalismo, em articulação com as tecnociências e a racionalidade algorítmica. As adições virtuais estão cada vez mais presentes: aos *sites* pornográficos, aos jogos, dentre

outros temas que favorecem comportamentos compulsivos. Observa-se nestes sintomas a predominância do gozo que não passa pelo Outro.

O declínio dos referenciais simbólicos que organizam a cultura é radicalizado na internet. O fluxo incessante de mensagens de todo tipo e os golpes cada vez mais sofisticados que circulam nas redes sociais – impulsionados pelo uso da inteligência artificial – contribuem para a produção de uma desconfiança generalizada no Outro. A fragmentação do discurso e a sobreposição de narrativas contraditórias nas redes dificultam a construção de consensos e minam a confiança no Outro. Essa desconfiança leva muitos sujeitos a se recolherem em seus próprios *ethos* digitais – espaços marcados por um saber que se pretende verdadeiro, enquanto saberes divergentes são imediatamente classificados como falsos. Muitas vezes, a suposição de saber deixa de ser atribuída ao Outro encarnado – como o professor – e passa a ser projetada sobre *sites*, plataformas e ferramentas digitais, como o ChatGPT. Para alguns jovens, a inteligência artificial – esse Outro sintético – é percebida como mais confiável por não carregar as falhas e ambiguidades próprias do humano.

Nesse contexto, a escola encontra-se tensionada por múltiplas forças que desafiam sua função tradicional de formação e transmissão do saber. A racionalidade algorítmica, aliada ao avanço do capitalismo digital, transforma os adolescentes em sujeitos hiperconectados, expostos a estímulos constantes e algoritmicamente guiados.

Ainda que as transformações sociais acarretadas pela presença massiva das tecnologias digitais em nossa vida sejam incontestáveis, “[...] é possível constatar que a escola se mostra completamente à margem da cultura digital, apesar da presença de aparelhos tecnológicos digitais em muitas instituições de ensino” (Lima, Berni & Dias, 2019, p. 12).

O confinamento entre muros, a distribuição do espaço escolar, o enquadramento rígido, os cronogramas e roteiros fixos, a extensa jornada escolar com alunos sentados em cadeiras, sem se poderem movimentar, o forte controle disciplinar, demonstram que a escola é um dispositivo ultrapassado, pois sua lógica de funcionamento não está em sintonia com os jovens do século XXI. Soma-se a esse cenário desalentador, a sobrecarga de atividades, a cobrança exigente de produtividade e o clima de competitividade, efeitos da entrada das políticas neoliberais nas escolas.

A crescente centralidade dos algoritmos na gestão da vida escolar intensifica mecanismos de vigilância e controle sobre estudantes e docentes. Sob o pretexto da personalização do ensino, a coleta massiva de dados educacionais acaba por padronizar as práticas pedagógicas e limitar a autonomia docente. Nesse contexto, o ambiente escolar tende a tornar-se um espaço de reprodução de padrões comportamentais e cognitivos definidos por sistemas técnicos, muitas vezes dissociados do diálogo com a comunidade. Não surpreende, portanto, que muitos adolescentes relatem não se sentirem escutados nesse contexto.

### **Considerações finais**

A digitalização do mundo é um fato incontornável. O desafio não está em rejeitá-la nem em deixar-se seduzir por ela, mas em encontrar a sua justa medida. Para isso, é preciso conhecer as forças que atuam em seus bastidores, as suas lógicas invisíveis.

A Inteligência Artificial é uma racionalidade baseada no cálculo. Tal racionalidade algorítmica busca reduzir o real a códigos binários. Ela se inscreve na tradição da ciência moderna, cujo projeto é a matematização dos fenômenos da vida humana e do mundo. Trata-se de uma linguagem sintética. A codificação algorítmica constitui uma escrita sem vazio, sem sujeito e sem corpo (Fajnwaks, 2021). As

plataformas não buscam informar, mas visam o uso aditivo dos dispositivos digitais, com fins de mercado.

Cabe-nos refletir sobre os efeitos da crescente digitalização e da racionalidade algorítmica para o laço social e a relação com o saber.

É cada vez mais comum que jovens busquem ocupar o tempo, distrair-se ou aliviar a angústia por meio de jogos, apostas, imagens e conteúdos pornográficos. Nesse processo, acabam enredados em uma compulsão de gozo mortífera, tendo como parceiro o objeto tecnológico, que atua como mecanismo de tamponamento da castração.

À medida que o discurso capitalista e, conseqüentemente, o discurso digital, suprimem a marca da impossibilidade inerente ao laço social, abre-se espaço para uma regulação superegoica que impõe o mais de gozar, mantendo o circuito das repetições compulsivas (Lima & Nobre, 2023). Se a civilização regula o gozo, o discurso capitalista o impõe, coadunando com o imperativo de gozo que marca o superego na atualidade. Esse movimento é reforçado nas plataformas digitais: os algoritmos captam algo do modo de gozo automatizado do sujeito e oferecem sempre mais e mais. Assim, os *gadgets* – imagens, jogos, vídeos, entre outros – dão substância ao mais de gozar. Trata-se de uma injunção com características autoeróticas e aditivas.

A consulta dos jovens à inteligência artificial sobre como fazer, como agir, o que dizer, além da solicitação de textos, mensagens e outras produções, constitui um fenômeno inédito na história, cujos efeitos estamos apenas começando a observar. Entre eles, destacam-se a desresponsabilização subjetiva nas decisões, o esvaziamento do saber e uma dependência crescente da IA, elementos que incrementam uma demissão do Outro.

Esse novo contexto desafia os modelos tradicionais de transmissão simbólica. A racionalidade algorítmica incide sobre o simbólico — que é reduzido à racionalidade técnica — sobre o imaginário, que assume preponderância, e sobre o real como impossível, que é silenciado.

Se o saber, para a psicanálise, é não-todo e a inteligência artificial oferece respostas prontas e imediatas, o que ela promete é suturar qualquer falha no saber. Ela opera pela colagem entre S1 e S2, eliminando o intervalo entre os significantes, esvaziando a transferência. O saber que ela produz é um *gadget* que pode ser consumido, sem implicação subjetiva.

Quando algoritmos analisam dados para criar perfis, eles trabalham com padrões estatísticos. Isso significa que comportamentos, escolhas ou características que não se ajustam a esses padrões acabam sendo ignorados, excluídos. O resultado é um apagamento da singularidade em favor de categorias homogêneas. Para Lacan, “o que é redundância para a informação é precisamente aquilo que, na fala, faz às vezes de ressonância. Pois, nesta, a função da linguagem não é informar, mas evocar [...]” (Lacan, 1953/1998, p. 300). Podemos dizer que o que escapa aos padrões, os restos, os resíduos, as redundâncias, constituem exatamente aquilo que, na fala, faz o singular ressoar.

A inteligência artificial é uma inteligência sem zona de opacidade. Não participa do real, do impossível, do contingente. Como destaca Sadin (2022), estamos diante de um monitoramento algorítmico que opera na construção de uma sociedade higienista e vitalista. Cada sujeito busca integrar-se a essa nova ordem técnico-higienista-liberal, derivada de nosso temor fundamental ao real. Trata-se da fantasia civilizatória que aspira a um funcionamento uníssono, voltado para a construção de um universo desprovido de falhas, indefinidamente dinâmico e perfeitamente autorregulado.

A lógica digital promove a integração de todos os saberes a serviço da destruição da impossibilidade, produzindo um novo tipo de realidade em que o impossível não tem lugar (Alemán, 2016). Assim, apresenta um mundo performado, sem imprevisibilidades, sem surpresas. Nessa lógica totalitária, a deterioração do saber emerge como um projeto

político, o que nos pode conduzir à barbárie, na medida em que suprime o laço com o Outro dialético da linguagem, substituindo-o por esse Outro sintético, que desfavorece as manifestações subjetivas, simbólicas. Parece ser este o ponto em que incide o discurso digital, expressão máxima desse projeto.

Lacan afirmou no Discurso de Roma: “A ciência avança sobre o real ao reduzi-lo ao sinal. Mas ela também reduz o real ao mutismo” (1953/2003a, p. 143). O projeto da inteligência artificial parece realizar essa previsão. Não se pode, no entanto, reduzir o real ao código binário, a um saber sem restos. O real insiste. Aquilo que é reduzido ao mutismo, retorna como ansiedade, pânico, dispersão, agitação, autolesões, compulsões, entre outros quadros sintomáticos.

É preciso estar atento à forma como cada sujeito se defende do real. Se não há relação sexual, há invenção, há sinthoma. Para a psicanálise, trata-se de dar lugar à solução de cada um, acompanhando os recursos que cada sujeito inventa para lidar com o impossível. Nesse mundo híbrido, são os jovens que nos ensinam como utilizar os recursos digitais para construir um corpo, estabelecer laços ou se reinventar.

Como espaço de elaboração simbólica e resistência política, é indispensável que a escola sustente o lugar do não saber, da singularidade e da alteridade, elementos que não podem ser capturados por códigos binários nem reduzidos à previsibilidade dos dados. Se a Inteligência Artificial oferece respostas, a escola deve ser um espaço para a formulação de perguntas, sustentando o lugar onde a falta tenha um lugar.

Manter viva essa dimensão é crucial para que a educação não vire um instrumento de controle, mas um espaço de saber e criação. Em tempos de hiperconexão e lógica algorítmica, valorizar o indizível, o erro, o silêncio e a surpresa, é um gesto político contra forças invisíveis que nos empurram para a barbárie. Nessa perspectiva, a escuta orientada pelo desejo emerge como resistência ética e política frente à captura algorítmica da subjetividade e à deterioração do saber.

## Referência

- Alemán, J. (2016). Horizontes neoliberais na subjetividade. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 11(21). <https://doi.org/10.69751/arp.v11i21.4803>
- Bruno, F. G., Cardoso, B., Guilhon, L., Kanashiro, M., & Melgaço, L. (orgs.). (2018). *Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem*. Boitempo.
- Bruno, F. G., Bentes, A. C. F., & Faltay, P. (2019). Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: Mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista Famecos*, 26(3). <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33095>
- Beiguelman, G. (2021). *Políticas da imagem: Vigilância e resistência na dadosfera*. Ubu.
- Cesarino, L. (2022). *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital*. Ubu.
- Dardot, P., & Laval, C. (2018). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Fajnwaks, F. (2021). *Codificación algorítmica, ciframiento inconsciente, inteligencia artificial: ¿Qué es singularidad en la era digital?* In N. L. Lima, M. Stengel, M. R. Nobre, & V. C. Dias (orgs.). *Saber e criação na cultura digital: diálogos interdisciplinares*. Fino Traço.
- Faustino, D. & Lippold, W. (2023). *Colonialismo digital: Por uma crítica hacker fanoniana*. Boitempo.
- Freud, S. (1987a). Lembranças encobridoras. In *Edição standard brasileira das obras completas* (Vol. III, pp. 329-354). Imago. (Obra original publicada em 1899)
- Freud, S. (1987b). Projeto para uma Psicologia Científica. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas* (Vol. I, pp. 303-362). Imago. (Obra original publicada em 1950[1895])

- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem. In *Escritos*. Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1953)
- Lacan, J. (1997). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise – 1959-1960*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise – 1969-1970*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: Mais, ainda – 1972-1973*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003a). Discurso de Roma. In *Outros escritos*. Jorge Zahar. (139-172). (Obra original publicada em 1953)
- Lacan, J. (2003b). Radiofonia. In *Outros escritos*. Jorge Zahar. (400-447). (Obra original publicada em 1970)
- Lacan, J. (2003c). Televisão. In *Outros escritos*. Jorge Zahar. (508-543). (Obra original publicada em 1973)
- Lima, N. L. (2014). *A escrita virtual na adolescência: Uma leitura psicanalítica*. UFMG. (Humanitas).
- Lima, N. L., Viola, D. T. D., Nobre, M. R., Berni, J. T., & Lisita, H. G. (2016). Adolescência e saber no contexto das tecnologias digitais: Há transmissão possível? *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 11(21), 42-65. <https://hdl.handle.net/1843/43166>
- Lima, N. L., Berni, J. T. & Dias, V. (2019). *A escola navega na web: que onda é essa?* Universo & Cidade.
- Lima, N. L., & Nobre, M. R. (2023). Psicologia das massas e análise do ethos digital. Psicanálise: Atualidades e interfaces. *Revista Humanidades e Inovação*, 10(4). <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/8684>
- Nobre, M. R. (2020). *Derivas do saber na cultura digital: O sujeito do inconsciente entre algoritmos e matemas* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. <https://catalogobiblioteca.ufmg.br/acervo/672719>
- Nobre, M. R., Lima, N. L.; & Iannini, G. (2023). Neguentropia algorítmica e a gestão digital do gozo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(spe.), 486-505, Dossiê Psicanálise e Política. <https://doi.org/10.12957/epp.2023.80355>
- Nobre, M. R., Lima, N. L., & Iannini, G. (2024). O digital como um novo discurso. *Revista Subjetividades*, 24(1). <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v24i1.e12826>
- Rouvroy, A., & Berns, T. (2015). Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? *Revista Eco-Pós – Tecnopolíticas e Vigilância*, UFRJ, 18(2), 36-56. <https://hdl.handle.net/20.500.14330/CLA01000434973>
- Sadin, E. (2022). *La era del individuo tirano: el fin de un mundo común*. Caja Negra.
- Sadin, E. (2020). *La inteligencia artificial: el desafío del siglo. Anatomía de un antihumanismo radical*. Caja Negra.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. Polity Press.
- Stiegler, B., & Medeiros, M. B. de. (2009). Anamnésia e hipomnésia: Platão, primeiro pensador do proletariado. *ARS (São Paulo)*, 7(13), 22-41. <https://doi.org/10.1590/S1678-53202009000100002>
- Zuboff, S. (2020). *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Intrínseca.

**Citação/Citation:** Lima, N. L. (2025). *O saber em tempos de colonização digital: educação e barbárie*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVII, no.esp.), pp. 124-137.

**Recebido em:** 13/09/2025

**Aprovado em:** 12/11/2025